

## **COMISSÃO DE TURISMO**

### **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TURISMO AO PROJETO DE LEI Nº 4.181, DE 2024**

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para reconhecer a importância das profissões de agente de turismo e de guia de turismo no âmbito da Política Nacional de Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para reconhecer a relevância estratégica dos profissionais agentes de turismo e guias de turismo no âmbito da Política Nacional de Turismo.

Art. 2º Ficam acrescentados, após o art. 27 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a Subseção III-A e os arts. 27-A e 27-B, com a seguinte redação:

#### **Subseção III-A**

##### **Dos agentes de turismo e dos guias de turismo**

“Art. 27-A Os agentes de turismo são reconhecidos como profissionais de relevância estratégica para a efetivação da Política Nacional de Turismo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agentes de turismo os profissionais que, em nome de agências de turismo devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), exercem atividades de intermediação, orientação e assessoria na contratação de serviços turísticos.

§ 2º Os agentes de turismo devem informar seus clientes sobre os direitos, deveres e riscos associados ao serviço contratado, especialmente quanto:



- I – à cobertura de seguro;
- II – à política de cancelamento;
- III – à política de reembolso; e
- IV – à responsabilidade por atrasos e alterações de itinerário.

§ 3º As obrigações previstas no § 2º complementam as disposições da legislação de defesa do consumidor, com o objetivo de reforçar a transparência nas contratações turísticas, promover a confiança entre viajantes e prestadores de serviços e assegurar a proteção e a qualidade das relações de consumo no setor.

Art. 27-B. Os guias de turismo, cuja profissão é regulamentada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, são reconhecidos como profissionais de relevância estratégica para a efetivação da Política Nacional de Turismo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de dezembro de 2025.

**Deputado MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO**  
Presidente

